



Pedro Franco/Agência Senado

O velório reuniu quase 5 mil pessoas no Centreventos Cau Hansen, em Santa Catarina. Jorge Viana (ao microfone) falou em nome do Senado

## O adeus a Luiz Henrique

Vítima de infarto no domingo, senador catarinense foi velado em Joinville por autoridades nacionais e regionais, além de milhares de cidadãos do estado que governou duas vezes consecutivas

**R**econhecido por políticos dos mais variados partidos como lutador incansável da democracia e conciliador nato, Luiz Henrique da Silveira foi sepultado ontem em um centro de convenções de Joinville

criado por ele quando era prefeito. O presidente do Senado, Renan Calheiros, decretou luto de três dias na Casa e foi à cerimônia com comitiva de parlamentares e ministros, além da presidente da República, Dilma Rousseff. **3 a 6**



Geraldo Magela/Agência Senado

O senador foi citado como exemplo de homem público

**Com urgência, novo Código Penal começa a ser debatido pelo Plenário 2**

**Sabatina de Fachin em comissão, hoje, terá participação de internautas 7**

**Medida que beneficia funcionários de ex-territórios é sancionada 2**

### Projeto estende aposentadoria aos 75 anos a todos os servidores

**especial Cidadania** A promulgação da Emenda Constitucional 88, que elevou de 70 para 75 anos de idade a aposentadoria compulsória para ministros de tribunais superiores, abriu caminho para proposta que prevê a regra para todo o funcionalismo. **8**

## Ouvidoria

Secom | Criação e Marketing

**É fácil ser ouvido**



A **Ouvidoria do Senado** é um órgão que busca fortalecer o exercício da cidadania e a aproximação da sociedade com o Parlamento. A Ouvidoria tem o objetivo de receber e dar o tratamento adequado a **sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios** da sociedade sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado. O órgão também pode sugerir mudanças no âmbito institucional, e o cidadão interessado sempre terá retorno sobre as comunicações.

**Senado + transparente. A informação ao seu encontro.**

[www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)



A presidente Dilma Rousseff sancionou na sexta-feira, com 18 vetos, lei que permite a antigos servidores de Amapá e Roraima optarem pelo ingresso em quadro de pessoal da União em extinção

## Servidores de ex-territórios podem passar para a União

A PRESIDENTE DA República, Dilma Rousseff, sancionou na sexta-feira o projeto de lei de conversão oriundo da Medida Provisória 660/2014, que permite a antigos servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima optarem pelo ingresso em quadro de pessoal da União em extinção. A medida já foi adotada em relação a servidores de Rondônia, outro ex-território.

Dilma vetou 18 dispositivos incluídos pelo Congresso, entre eles o que garantia ao grupo de fiscalização tributária a mesma remuneração dos auditores fiscais da Receita Federal.

Houve ainda veto em emenda que concedia aos policiais e bombeiros militares ingressantes os mesmos ganhos dos policiais militares do Distrito Federal. Também caiu nova tabela de vencimentos e gratificações para os servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema), incluída no texto. No nível superior, o aumento chegaria a 62% em 2015 e a 130% em 2016, em relação aos salários atuais.

Depois da sanção, a matéria se transformou na Lei 13.121/2015, publicada no *Diário Oficial da União* (DOU) ontem. Na mensagem sobre os vetos, a presidente alegou haver contrariedade ao interesse público ou inconstitucionalidade nos dispositivos que foram suprimidos. O Congresso terá agora 30 dias para se manifestar sobre os vetos, a partir da data de publicação da norma.

O quadro de que trata a lei é um quadro especial de funcionários com previsão de gradativo desaparecimento, pois não se permite concurso ou contratação de novos servidores após a vacância dos postos em decorrência de aposentadoria ou morte dos ocupantes.

A MP 660/2014 foi editada para atendimento da Emenda Constitucional 79, que estendeu aos antigos servidores de



Senadores aprovaram em 14 de abril medida provisória que deu origem à lei

Roraima e Amapá o direito de ingresso no mesmo quadro especial criado para enquadrar aqueles antes vinculados ao também ex-território de Rondônia por meio da Lei 12.800, de 23 de abril de 2013. Porém, com as mudanças agora aprovadas, essa norma adotou critérios mais flexíveis de adesão e também reabriu prazo para opção dos servidores de Rondônia que podem ser beneficiados por elas.

### Adesão

Pela norma sancionada, podem aderir os servidores civis e militares dos ex-territórios, inclusive os das prefeituras, na data em que essas unidades foram transformadas em estados ou no período que se seguiu até que fossem efetivamente instalados. A possibilidade de opção foi estendida, por exemplo, aos servidores da administração indireta que preenchem as condições. A MP original incluía apenas os das autarquias e fundações.

Uma emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR) mantida no texto assegura também a opção aos empregados que atuavam no estado e prefeituras com base em vínculos de trabalhos diversos já reconhecidos em antigo parecer da então Consultoria-Geral da República — o Parecer FC-3, de 24 de novembro de 1989. Assim, ficam também habilitados para

adesão ao quadro especial, de modo comprovado, antigos cooperativados, pessoas que recebiam seus salários através de recibos, comissionados, celetistas e titulares de cargo de confiança.

— Foi um grande esforço, mas valeu todo o trabalho, pois estamos fazendo justiça com esses trabalhadores e suas famílias — afirma Jucá.

Não se manteve, contudo, dispositivo que permitiria a inclusão no quadro especial dos servidores já aposentados e os pensionistas civis e militares.

Quanto aos policiais militares e bombeiros que pleiteavam equiparação salarial com integrantes da mesma categoria do Distrito Federal, Jucá comentou que a emenda foi vetada por problemas legais no texto. Porém, ele afirmou que existe o compromisso de uma reunião no Ministério do Planejamento em que defenderá aumento salarial desses servidores depois do enquadramento no quadro da União. A reunião está marcada para amanhã.

Jucá esclareceu ainda que os auditores fiscais serão enquadrados no quadro especial em extinção de acordo com sua formação acadêmica. Quem tiver nível superior será enquadrado como auditor fiscal. Já as pessoas que tiverem nível médio serão analistas tributários.

## Comissão de Orçamento define relatores setoriais

A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) reúne-se hoje, às 13h, para definir os relatores setoriais do projeto do Orçamento da União para 2016.

Em abril, a presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), propôs duplicar o número de relatores setoriais que auxiliam o relator-geral da proposta

orçamentária a analisar o texto encaminhado pelo Executivo. Hoje são dez as relatorias setoriais, das quais quatro são destinadas a senadores e seis a deputados.

Ao desmembrar as relatorias, Rose argumenta que haveria ganho no debate. Ela citou como exemplo a divisão da relatoria da área de Integração

Nacional e Meio Ambiente. De acordo com a senadora, atualmente, durante a discussão da proposta orçamentária, a comissão foca o debate apenas no orçamento do primeiro ministério, dando menor atenção ao segundo. A divisão obrigaria a CMO a se debruçar sobre o orçamento de cada ministério.

(Da Agência Câmara)

## Novo Código Penal começa a ser analisado em Plenário hoje

O projeto do novo Código Penal (PLS 236/2012) será examinado em três sessões extraordinárias consecutivas a partir de hoje, às 17h. Com a aprovação de pedido de urgência, de iniciativa dos líderes partidários, o texto, que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desde dezembro, segue para deliberação em Plenário.

A proposta tem por base o anteprojeto elaborado por comissão de juristas instalada em 2011, no Senado, com o objetivo de atualizar o Código Penal, que é de 1940. O texto também passou por comissão especial de senadores, tendo sido aprovadas mudanças sugeridas pelo relator, o ex-senador Pedro Taques.

A nova legislação é mais rigorosa na punição dos crimes contra a vida, aumentando, por exemplo, a pena de homicídio dos atuais seis para oito anos de prisão. A progressão de pena também fica sujeita a regras mais severas. No homicídio, para o condenado primário, a passagem do regime fechado para outro mais brando, que hoje exige o cumprimento de ao menos um sexto da pena, passaria a ser de um quarto do tempo.

Reformado, o texto torna a

corrupção crime hediondo e tipifica os crimes de terrorismo e caixa dois. A proposta também aumenta o rigor penal no combate aos crimes contra os animais e contra a administração pública.

Em relação aos temas mais polêmicos, a decisão foi manter as disposições do código atual, com as atualizações aprovadas ao longo do tempo. Ficou de fora, por exemplo, o dispositivo que poderia descriminalizar o porte de drogas para uso pessoal, proposta adotada no texto da comissão de juristas que elaborou o pré-projeto. Prevaleceu a regra atual, que tipifica o porte como crime, embora sem previsão de pena, cabendo ao juiz examinar as circunstâncias para definir se a pessoa é usuária ou traficante. Foi também confirmada a retirada da possibilidade de autorização de aborto nas 12 primeiras semanas de vida com base na justificativa da incapacidade da gestante de arcar com a gravidez.

Na CCJ, o ex-senador Vital do Rêgo apresentou substitutivo, que não foi votado até o final da legislatura. Para instruir a matéria nas próximas sessões, deve ser designado um relator de Plenário.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Código Penal

14h Sessão deliberativa. Às 17h, sessão deliberativa extraordinária. Na pauta, o novo Código Penal (PLS 236/012).

#### PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária

15h Renan Calheiros recebe Jorge Viana e a presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Cavalcanti. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 17h, preside a sessão deliberativa extraordinária.

#### CCT Ministro das Comunicações

9h Audiência pública com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, sobre metas do ministério para 2015-2016.

#### CDH Lei Maria da Penha

9h Audiência interativa debate a efetividade da Lei Maria da Penha.

#### CMA Reunião deliberativa

9h Comissão analisa pauta com 11 itens.

#### CAE ISS no turismo rural

10h O PLS 65/2012, que estabelece a alíquota máxima do ISS no âmbito do turismo rural, é um dos itens da pauta.

#### CCJ Sabatina para o STF

10h Sabatina de Luiz Edson Fachin, indicado para substituir o ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal.

#### INSTITUCIONAL Exposição

10h Abertura da exposição *Povos Indígenas no Brasil 1980/2013*, no Salão Branco.

#### CE Bolsa de Permanência

11h Na pauta, o projeto que cria o Programa Bolsa de Permanência Universitária e o que trata do rateio do direito de arena dos atletas profissionais.

#### CMO Crédito para Telebras

14h A comissão tem reunião deliberativa para apreciar a MP 662/2014, que abre crédito extraordinário para a Telebras.

#### MP 671/2015 Clubes das Séries A e D

14h A comissão de modernização do futebol faz audiência com representantes de clubes das Séries A e D.

#### CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS Plano

14h30 Comissão que investiga o assassinato de jovens se reúne para apresentação do plano de trabalho.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Senadores vão a velório de Luiz Henrique em Joinville

Presidente do Senado, Renan Calheiros, presidente Dilma Rousseff, vice-presidente Michel Temer, ministros, governadores e parlamentares se despedem do senador, que sofreu um infarto no domingo

CERCA DE 20 senadores de vários partidos participaram do velório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) em Joinville, Santa Catarina, no final da tarde de ontem. O presidente do Senado, Renan Calheiros, embarcou com uma comitiva de parlamentares e ministros: Eduardo Braga, de Minas e Energia; Kátia Abreu, da Agricultura; e Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Renan viajou no mesmo avião que a presidente Dilma Rousseff.

O vice-presidente, Michel Temer, chegou no domingo com o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori. Ambos são colegas de partido de Luiz Henrique.

O corpo do parlamentar foi velado na arena principal do

Centreventos Cau Hansen. O local, com capacidade para 5 mil pessoas, foi construído quando Luiz Henrique era prefeito e esteve quase lotado durante o velório. Houve apresentações culturais e pronunciamentos de autoridades.

Jorge Viana (PT-AC) falou pelo Senado. Lamentou a morte do amigo e disse que ele era um homem comprometido com o desenvolvimento do país. Valdir Raupp (RO), vice-presidente do PMDB, lembrou que Luiz Henrique participou de votações importantes, foi relator do Código Florestal e autor de proposta para a unificação das alíquotas do ICMS. Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a capacidade de Luiz Henrique de ser um negociador que reunia governo

e oposição. Já a presidente Dilma lembrou a viagem que fez com ele a Moscou e o fato de Luiz Henrique ter sido o responsável por trazer a Escola do Balé Bolshoi para o Brasil.

Sobre o caixão, foram postas as bandeiras de Santa Catarina e do PMDB, partido ao qual foi filiado durante toda a carreira política. O corpo foi levado num caminhão do Corpo de Bombeiros ao Cemitério Municipal de Joinville. O enterro ocorreu às 17h, após a missa de corpo presente.

Luiz Henrique, 75 anos, foi declarado morto às 15h15 do domingo pela equipe do Hospital Unimed, de Joinville. Ele estava em casa, no bairro Boa Vista, quando sofreu um infarto. Socorristas ainda tentaram reanimá-lo.



Vice-presidente do Senado, Jorge Viana fez pronunciamento em nome da Casa

## No enterro, companheiros de Plenário citam exemplo de ética

Fotos: Reprodução



“É uma perda irreparável. A morte dele é um aprendizado para que nós possamos continuar lutando pelos avanços, pelas transformações. Luiz Henrique foi sempre uma das melhores referências.”

**Renan Calheiros**  
(PMDB-AL)

“Luiz Henrique fazia a boa política, tão escassa neste país. Deixou contribuição enorme como deputado, prefeito, governador, ministro e senador. O Senado perde um expoente, que tinha o respeito da sociedade. Nós choramos com a família e os amigos. Que fique o exemplo.”

**Jorge Viana**  
(PT-AC)



“Estou no PMDB há 37 anos e acompanhei sua trajetória. Nunca mudou de partido e estava formulando leis importantes para a vida dos brasileiros. Trouxe a experiência catarinense para o Código Florestal.”

**Valdir Raupp**  
(PMDB-RO)

“Votei no Luiz Henrique para a Presidência do Senado. Não ganhamos, mas trabalhamos num projeto bonito e ele soube aproveitar o espaço. Foi um político diferente pelos valores, pela coerência, pelo empenho na transição democrática. Era capaz de unir as correntes mais adversárias.”

**Ana Amélia**  
(PP-RS)



“Estavam no sepultamento praticamente todos os partidos que têm assento no Senado. Ele tinha muita afirmação nas posições, mas era ameno no trato. Trabalhava com determinação e, acima de tudo, com ética.”

**José Agripino**  
(DEM-RN)

“Eu sou catarinense e tenho família aqui em Joinville. Sempre cresci ouvindo falar do senador Luiz Henrique, da pessoa boa e honesta que ele era e da visão que ele tinha de Estado, a visão de um grande estadista. No Senado, ele foi um grande conciliador. Vamos sentir muito a sua ausência.”

**Vanessa Graziotin**  
(PCdoB-AM)



“No pouco tempo que estou no Senado, tive um aprendizado intenso com Luiz Henrique. Ele gostava de ensinar, de dividir. Não guardava o conhecimento para si. Foi um privilégio ter estado com ele.”

**José Medeiros**  
(PPS-MT)



“Luiz Henrique é uma lenda, lutou contra a ditadura, faz parte da história da política brasileira. Nos cargos eletivos que ocupou, deu bom exemplo. É um sujeito que Santa Catarina e o Brasil têm no coração.”

**Magno Malta**  
(PR-ES)



“Exemplo de homem público, ele deixa legado de seriedade do que é ter dignidade, compromisso e respeito com a coisa pública. É referência para aqueles que querem fazer do Brasil um país mais sério.”

**Waldemir Moka**  
(PMDB-MS)



“Como prefeito, governador, senador e ministro, Luiz Henrique deixa um legado excepcional de princípios e valores. Não só Santa Catarina, mas o Brasil perde um homem público de elevada estatura.”

**Ricardo Ferraço**  
(PMDB-ES)



“Fui governador na mesma época que ele. Aprendi muito com a forma dele de conduzir as negociações. Era pessoa de equilíbrio enorme. Vai fazer muita falta no Senado. O Brasil perde um grande político.”

**Blairo Maggi**  
(PR-MT)



“Ele chamava seu partido de MDB, numa referência nostálgica ao partido que lutou contra a ditadura. Luiz Henrique tinha o ideal de juntar os diferentes. Foi assim que se lançou a presidente do Senado.”

**Randolfe Rodrigues**  
(PSOL-AP)

## Servidores do gabinete parlamentar elogiam dedicação e honestidade do catarinense

O gabinete 2 da Ala Nilo Coelho do Senado amanheceu ontem sem a expectativa da chegada do senador Luiz Henrique. Desta vez, foram os servidores que se deslocaram até Joinville, em Santa Catarina, para a última despedida.

Os quadros na parede, como o *Chateau Margaux*, de Juarez Machado, e a pintura do Centreventos Cau Hansen, em Joinville, trazem a cultura do estado que o senador representava. Os CDs de música clássica espalhados na entrada da sala, os porta-retratos da esposa, da filha e dos três netos sobre um

aparador e até as castanhas e os damascos em cima da mesa mostram um pouco da identidade do senador que partiu no domingo, vítima de infarto.

Os servidores que ficaram

em Brasília para atender o gabinete apontaram algumas características do político: trabalhador, exigente, preocupado e incentivador. Robson Gonçalves, subchefe de

gabinete, conta que a paixão pelo estado de Santa Catarina era vista e ouvida diariamente.

— O Brasil perde um homem honesto e muito correto. Santa Catarina perde um apaixonado. Se alguém precisasse de um serviço, como medicina, ele dizia: “Vá a Santa Catarina, lá estão os melhores ortopedistas, oftalmologistas...” — relatou.

Emocionada, Aline dos Santos, assessora parlamentar e conterrânea do senador, se diz honrada em ter tido a oportunidade de conhecê-lo e de ter feito parte de sua história.

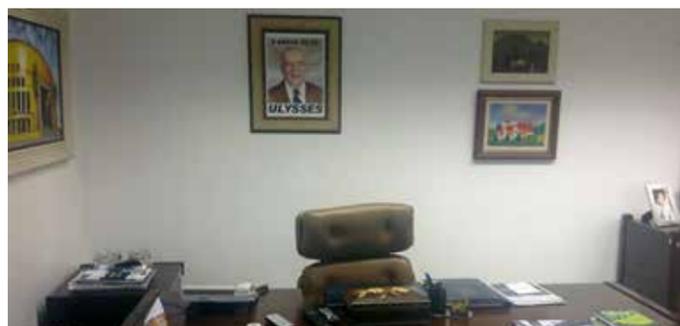
— Trabalhar com o senador

foi muito importante para mim e com certeza isso vai ficar marcado para o resto da minha vida, tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

O parlamentar participava ativamente das atividades legislativas, conta o assessor parlamentar Gustavo Carvalho.

— Ele era um articulista muito importante, estava à frente de projetos como, por exemplo, a reforma política e o Código Florestal — explicou Carvalho.

Assume a vaga de Luiz Henrique seu primeiro suplente, Dalírio Beber, do PSDB.



No gabinete do senador, foto de Ulysses Guimarães e cenas de Santa Catarina

**Acir Gurgacz (PDT-RO)** — “Perdemos hoje o senador Luiz Henrique, um grande homem público, um defensor da agricultura, da produção e do Brasil.”

**Aécio Neves (PSDB-MG)** — “Perdemos hoje um companheiro de Parlamento e um grande homem público. Com ética e coerência, o senador e ex-governador Luiz Henrique foi um representante digno do povo catarinense. Em muitos momentos, estivemos juntos defendendo ideais semelhantes e, de forma ostensiva, trabalhamos pela democracia, independência e pelo fortalecimento do Congresso. O meu abraço afetuoso à família, aos amigos e a todos os catarinenses.”

**Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)** — “Amigo fraterno, homem de bem, político exemplar: que pena!”

**Alvaro Dias (PSDB-PR)** — “Nossa solidariedade à família e aos amigos pelo falecimento do colega, senador Luiz Henrique. Uma grande perda! O senador Luiz Henrique esteve conosco em grandes batalhas no Congresso e sempre defendeu com maestria o estado de Santa Catarina.”

**Antonio Anastasia (PSDB-MG)** — “Com tristeza, lamento o falecimento do senador Luiz Henrique. Nesses poucos meses de convívio, no Senado, pude testemunhar seu espírito cívico e sua dedicação aos grandes temas nacionais. Perdemos um grande democrata e uma destacada e respeitável liderança política.”

**Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)** — “A morte do senador Luiz Henrique enluta o Brasil. Exemplo de ética e decência deixado para as novas gerações que lutam por um Brasil sério.”

**Benedito de Lira (PP-AL)** — “Recebi com muita tristeza a notícia da morte do senador Luiz Henrique da Silveira, uma pessoa da melhor qualidade, parlamentar dedicado, um homem de bem.”

**Blaio Maggi (PR-MT)** — “Duas notícias muito tristes. Duas perdas inestimáveis. Luiz Henrique e Mendes Ribeiro. Na certeza de que o país perde dois grandes líderes, nossos sinceros sentimentos às famílias, rogando a Deus que as conforte!”

**Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)** — “Além de ser um homem de trato afável, gentil e leal, era um político sério, comprometido, defensor das mais altas causas democráticas e altivo, probo e admirável. Vai fazer muita falta. Que Deus ampare a família neste momento de tanta dor.”

**Cristovam Buarque (PDT-DF)** — “Luiz Henrique representou um tipo raro na política, nos tempos atuais: com espírito público, consciente da necessidade de o Brasil encontrar um novo rumo com uma economia baseada na ciência e na tecnologia, lutando por uma política com ética, querendo justiça social, sem omitir-se.”

**Delcídio do Amaral (PT-MS)** — “O final de semana foi difícil. Perdemos duas referências de um Brasil republicano: Mendes Ribeiro e Luiz Henrique da Silveira. Quanta falta irão fazer!”

**Gladson Cameli (PP-AC)** — “Que Deus fortaleça sua família neste momento de dor e tristeza, e que seu espírito seja conduzido em paz para um reino de amor e luz.”

**Gleisi Hoffmann (PT-PR)** — “Tive o privilégio de conviver com ele nesses dois últimos anos, de forma mais intensa na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Sua posição firme, mas ponderada, nos fez avançar em vários temas de interesse dos estados.”

**Humberto Costa (PT-PE)** — “Meus sentimentos ao povo de Santa Catarina, que perde um notável representante, aos amigos e aos familiares desse grande homem público, cuja partida deixa mais pobre a cena política brasileira.”

**João Capiberibe (PSB-AP)** — “Tristeza! Perdemos um resistente, um democrata que jamais se deixou intimidar. Senador Luiz Henrique, presente! Agora e sempre!”

A perda de Luiz Henrique, vítima de infarto, comoveu o Senado, a Câmara dos Deputados, o Executivo e os catarinenses. Muitas homenagens, inclusive da Comissão de Direitos Humanos, pronunciamentos e notas de pesar lembraram ontem sua carreira política

# Redes sociais repercutem morte e legado do senador

COMO SINAL DE luto pela morte do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), as bandeiras do Brasil e do Mercosul foram içadas ontem a meio mastro diante do Congresso Nacional. O presidente do Senado, Renan Calheiros, decretou luto oficial de três dias. A morte do parlamentar catarinense repercutiu nas redes sociais — em especial, no Twitter e no Facebook, mas também no Instagram. Senadores destacaram o espírito público de Luiz Henrique e suas contribuições na luta pela democracia.

Renan ressaltou, em sua conta no Facebook, a retidão, a coerência, a visão

pública e a inteligência de Luiz Henrique: “É uma perda que enluta profundamente todo o país. Trata-se de extraordinário homem público cuja biografia fala por si só”.

Deputado estadual e federal, prefeito de Joinville, governador de Santa Catarina, ministro de Estado e senador, integrou o chamado PMDB autêntico, grupo mais próximo de Ulysses Guimarães.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), afirmou que “Luiz Henrique travou o bom combate, lutando sempre pelas causas justas”. A bancada de Santa Catarina também se manifestou pelas redes sociais. Dário Berger (PMDB-SC)

enumerou as qualidades de Luiz Henrique: “líder, homem público de extremo valor que dedicou sua vida pela busca do fortalecimento da democracia do Brasil e que amou Santa Catarina como poucos. Luiz Henrique realizou mais do que qualquer outro político catarinense do seu tempo. O estado chora a perda de seu filho ilustre, de um homem incansável, de ideais inabaláveis, de uma generosidade incomum”.

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou a morte do amigo: “Sua dedicação à defesa da democracia, de Santa Catarina e do país será lembrada eternamente”.

## Dilma, Renan e Cunha ressaltam a perda para o Brasil

A morte de Luiz Henrique gerou notas de pesar da Presidência da República, da Presidência do Senado e da Presidência da Câmara dos Deputados. Dilma Rousseff afirmou que o Brasil perde um de seus grandes filhos e ressaltou os princípios democráticos do senador. Renan Calheiros disse que perde um amigo e um companheiro partidário, confirmando o luto de três dias no Senado. Eduardo Cunha observou que o país deve a líderes como Luiz Henrique a conquista da cidadania política.

O Brasil e Santa Catarina perdem um dos seus grandes filhos: o senador Luiz Henrique. Ex-governador, ex-prefeito, um dos fundadores do PMDB, o senador Luiz Henrique foi um homem de princípios democráticos, disposição para o diálogo e imenso amor pelo seu povo e sua terra. Deixo meus votos de pesar à família e aos amigos.

*Dilma Rousseff  
Presidente da República*

O precoce falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira entristece não apenas o Senado Federal, Santa Catarina ou o PMDB. É uma perda que enluta profundamente todo o país. Trata-se de um extraordinário homem público, cuja biografia fala por si só. O fato de nunca ter perdido uma eleição explica a admiração conquistada por Luiz Henrique durante toda sua trajetória de homem público.

O Senado Federal decretará um luto de 3 dias como uma modesta forma de homenagear um dos maiores políticos que o Brasil formou. Sua retidão, coerência, visão pública e inteligência haverão de ser reverenciadas por muitos e muitos anos. Eu, particularmente, perco um amigo e um companheiro partidário que aprendi a admirar ao longo dos anos.

*Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal*

Lamento profundamente o falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira (SC) neste domingo.

O Brasil livre e democrático deve a líderes como Luiz Henrique a conquista da cidadania política e de instituições fortalecidas.

O PMDB perde um dos seus “autênticos”, que sempre lutou por uma democracia estável e perene.

Minha solidariedade à família. Que Deus traga paz e conforto aos corações.

*Eduardo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados*

## Bancada do PSB no Senado lamenta falecimento do parlamentar catarinense

A bancada do PSB no Senado divulgou nota pelo falecimento de Luiz Henrique em que “manifesta voto de pesar e condolências aos familiares, companheiros de partido e ao povo de Santa Catarina”. Os senadores destacaram sua trajetória de deputado estadual e federal por cinco mandatos, três vezes prefeito de Joinville, duas vezes governador de Santa Catarina, ministro da Ciência e Tecnologia, ex-presidente nacional do PMDB e senador desde 2011. Para o PSB, Luiz Henrique “sempre se destacou pela defesa da ética, da democracia e dos compromissos com

as causas progressistas e populares; esses compromissos, inclusive, fizeram com que a bancada do PSB apoiasse a sua candidatura à Presidência do Senado”. Os parlamentares concluem: “O Senado perde um dos seus mais expressivos senadores e as forças progressistas ficam desfalcadas de um dos seus mais combativos integrantes”. Assinaram a nota João Capiberibe (AP), líder da bancada, Antonio Carlos Valadares (SE), Fernando Bezerra (PE), Lídice da Mata (BA), Roberto Rocha (MA) e Romário (RI).

## Audiência vira homenagem a Luiz Henrique

Em homenagem a Luiz Henrique (PMDB-SC), senadores e convidados presentes à reunião de ontem da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aplaudiram por um minuto o senador e ex-governador catarinense, falecido no domingo.

O presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), transferiu para 1º de junho a audiência pública que seria realizada na manhã de ontem sobre o direito de greve no serviço público. Paim lembrou a trajetória de Luiz Henrique, sua contribuição a Santa Catarina e sua atuação no Senado, revelando a tristeza pela perda do amigo.

— Quando a política perde alguns de seus mais sagrados nomes, de seus faróis, de suas luzes, de seus mirantes, de



As bandeiras do Brasil e do Mercosul diante do Congresso foram colocadas a meio mastro ontem, primeiro dia de luto pela morte do representante de Santa Catarina

seus mangrulos, o peito de todos nós dói, arde, queima, transborda como um vulcão que explode, que chora, que perde o rumo — disse.

Paim contou que conheceu Luiz Henrique durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e desde então admira sua atuação.

— Ali na Constituinte, eu percebi que estava diante de um grande homem. Passei a admirá-lo mais ainda aqui no Senado. O político, o senador, o brasileiro, o colega, o amigo, o pai, o esposo, o avô — completou.

Paim destacou a atuação de Luiz Henrique como relator e articulador de grandes temas na Casa, como a proposta de renegociação das dívidas dos estados e a reforma do Código Florestal.



Vanessa Grazziotin, Paulo Paim e Ana Amélia aplaudem a imagem de Luiz Henrique durante a reunião

## Notas de pesar destacam luta pela democracia e avanço de Santa Catarina

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Ana Amélia (PP-RS) divulgaram notas de pesar pela morte de Luiz Henrique.

Por meio do Facebook, a senadora avaliou que a “perda prematura priva o Senado Federal de uma das figuras mais expressivas da política brasileira”, ressaltando os esforços de Luiz Henrique pela redemocratização do país ao lado do ex-deputado federal Ulysses Guimarães.

Ana Amélia disse que o senador era respeitado em todo o Brasil e lembrou que esteve ao lado dele na disputa à Presidência do Senado, no começo deste ano.

“A sua morte repentina nos entristeceu e nos leva a assumir, em nome dele, ainda mais compromissos para defender a democracia, a liberdade de expressão, exercendo a atividade política com muita responsabilidade”, escreveu a senadora.

Ela também destacou a iniciativa de Luiz Henrique de levar para Joinville a Escola do Teatro Bolshoi, da Rússia, e o trabalho pela internacionalização de Santa Catarina no campo acadêmico e na atração de investimentos.

Para Fernando Bezerra Coelho, Santa Catarina perdeu uma das maiores referências políticas do estado. “Luiz Henrique

era um defensor dos interesses do povo catarinense e lutador incansável em favor da democracia”, afirmou o senador por Pernambuco.

Bezerra contou que conheceu Luiz Henrique há quase 30 anos, quando os dois chegaram a Brasília como deputados federais constituintes. Recordou ainda que, na Câmara, atuou como vice-líder do catarinense, pelo PMDB, no início dos anos 90.

Cristovam Buarque disse que Luiz Henrique não se omitiu nos momentos mais difíceis da luta pela democracia. “O povo de Santa Catarina viu nele um dos seus

## Em Plenário, senadores apontam exemplo moral

Telmário Mota (PDT-RR) disse, em Plenário, que Luiz Henrique deixou importante legado ético e moral. Segundo Telmário, o parlamentar vai fazer muita falta para o país, que atravessa neste momento uma das maiores crises ética e moral de sua história.

— Luiz Henrique parte num momento em que não deveria partir. Mas quem sou eu para questionar os desígnios de Deus? Com 75 anos de idade, estava no melhor momento de seu amadurecimento político, uma enciclopédia política viva, talvez da melhor importância para modelar ou para servir de exemplo a ser seguido pelos políticos brasileiros.

Em pronunciamento, também no Plenário, Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a importante participação de Luiz Henrique na renegociação das dívidas dos estados, no ano passado. Ele negociou bastante, segundo Paim, para conseguir um texto que atendesse as necessidades tanto dos estados quanto da União.

Paim leu nota a pedido do líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE). Na nota, Eunício lamenta a perda e diz que o senador era homem de convicções e leal companheiro, sempre disposto a encontrar soluções criativas e de interesse da maioria.

**Jorge Viana (PT-AC)** — “O Brasil tem na história de vida do Luiz Henrique um exemplo de homem público. Foi prefeito, deputado, governador, ministro e senador. A maior parte de seus 75 anos de vida dedicou à boa política, cada vez mais rara no nosso país.”

**José Medeiros (PPS-MT)** — “O Brasil perde hoje um parlamentar dedicado, um homem preocupado com os anseios da sociedade. Descance em paz, senador!”

**José Serra (PSDB-SP)** — “Grande perda para Santa Catarina e para o Brasil. Companheiro de lutas contra a ditadura militar, prefeito de Joinville, deputado, ministro, duas vezes governador do seu estado. Perco um amigo. Em 2010, ele coordenou minha campanha presidencial em Santa Catarina, onde obtive minha maior vitória.”

**Lasier Martins (PDT-RS)** — “Neste domingo o Brasil perde dois grandes homens públicos: o ex-ministro Mendes Ribeiro e o senador Luiz Henrique da Silveira.”

**Lídice da Mata (PSB-BA)** — “Lamento a morte do senador Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina e meu colega no Senado Federal e na Assembleia Nacional Constituinte.”

**Marta Suplicy (sem partido-SP)** — “Uma grande perda para o Senado e para o povo brasileiro. Atuante, destemido, competente e amigo de todos. Perdemos hoje um dos maiores defensores da democracia. O Senado brasileiro perde uma liderança maior.”

**Paulo Paim (PT-RS)** — “A tristeza aperta o meu coração. Um democrata e humanista acima de tudo. Minhas condolências aos familiares, amigos, colegas, ao povo de Santa Catarina. Luiz Henrique, presente! Luiz Henrique, presente!”

**Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)** — “É com enorme tristeza que recebi a notícia do falecimento do amigo Luiz Henrique da Silveira. A política brasileira fica com um enorme vazio.”

**Ricardo Ferraço (PMDB-ES)** — “Uma dor profunda ao saber do falecimento do meu querido amigo senador Luiz Henrique.”

**Roberto Requião (PMDB-PR)** — “Fará uma falta danada nas fileiras da luta pela democracia do nosso tempo.”

**Roberto Rocha (PSB-MA)** — “Homem sério, deixa um legado de bons exemplos à boa política.”

**Romário (PSB-RJ)** — “Ele dedicou a maior parte de seu tempo à vida pública e teve amplo apoio popular nos mandatos que ocupou: deputado, prefeito, governador e, por último, senador. Neste ano, concorreu à presidência do Senado, contribuindo para a discussão do Brasil que queremos.”

**Romero Jucá (PMDB-RR)** — “Companheiro leal, competente e dedicado ao país e em especial a Santa Catarina.”

**Ronaldo Caiado (DEM-GO)** — “Estivemos juntos na campanha à presidência do Senado, onde ele comprovou mais uma vez as características que o acompanharam em toda a sua vida: ética, lealdade e honestidade. O Senado, Santa Catarina e o Brasil perdem muito com a sua morte.”

**Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)** — “Triste notícia do falecimento do senador Luiz Henrique, um político sério, competente e um ser humano fenomenal. Ele foi amigo dos amigos, solidário, preocupado com o país e com nossa gente. Um brasileiro de Santa Catarina, um brasileiro do Brasil.”

**Waldemir Moka (PMDB-MS)** — “Um dos políticos mais honrados deste país. Na eleição para o Senado, caminhei ao lado de Luiz Henrique por tudo o que ele representava para o PMDB e para o Brasil.”

**Walter Pinheiro (PT-BA)** — “O Senado perde um dos seus melhores quadros; o Brasil, um defensor da causa pública; e Santa Catarina, seu guerreiro.”

# Luiz Henrique liderou discussões no Senado

Entre os projetos que relatou, estão o do Código Florestal, o das terras-raras e o da guerra fiscal entre os estados. Neste ano, foi candidato avulso à Presidência da Casa

NO SENADO DESDE 2011, Luiz Henrique (PMDB-SC) se destacou pela atuação em vários projetos importantes. O último deles foi o da convalidação dos incentivos fiscais dados por estados a empresas, que o senador relatou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que foi aprovado no Plenário. Acabar com a guerra fiscal entre os estados sempre foi tema recorrente do senador.

A primeira grande influência de Luiz Henrique foi como relator da medida provisória do Código Florestal (MP 571/2012). Ele também foi autor do relatório que recomendava que o Brasil detivesse a tecnologia de toda a cadeia produtiva de terras-raras (elementos químicos presentes em minérios e utilizados para produtos de alta tecnologia, como celula-

res, tablets, mísseis e carros movidos a eletricidade). Para o senador, o Brasil precisava ter uma legislação específica e eficaz sobre o assunto.

Entusiasta das novas tecnologias, ele foi relator da Lei de Informática (1990) na Câmara dos Deputados e chegou a ser escolhido relator do texto do Marco Civil da Internet no Senado, mas declinou por discordar da tramitação em urgência. Para ele, o texto deveria ter um prazo maior de discussão no Congresso.

No Senado, a trajetória também ficou marcada pela disputa à Presidência da Casa neste ano, enfrentando o colega de partido Renan Calheiros (PMDB-AL). Em 1º fevereiro, ele perdeu a eleição por 49 votos a 31, mesmo tendo contado com o apoio da oposição (DEM, PSDB e PPS), do PSB, do PP,

do PSOL e do PDT. Uma hora após a eleição, ele defendia o resultado e cobrava as reformas.

— A instituição do voto secreto precisa ser exaltada e a opção de cada senador deve ser acatada. Vamos em frente. Espero ter contribuído para sensibilizar os novos senadores e os demais para empurrarem a nova Mesa a fazer logo as reformas, ou seja, cumprir a agenda de emergência que propus em minha campanha. Não podemos continuar adiando as reformas [política e tributária].

## Oposição

Alguns dias após a eleição da Mesa do Senado, Luiz Henrique ofereceu um almoço aos senadores que apoiaram sua candidatura avulsa à Presidência do Senado. Um dos principais

temas do encontro foi o respeito à proporcionalidade na definição dos presidentes das 11 comissões temáticas do Senado. Na eleição dos demais cargos da Mesa, a oposição acabou se retirando do Plenário, alegando o descumprimento do critério da proporcionalidade na distribuição das vagas. O PSDB, o PSB e o DEM acabaram sem representantes na Mesa.

Depois da derrota na disputa da Presidência, Luiz Henrique disse que havia firmado a postura de que o Senado deveria fortalecer seu Colégio de Lí-

deres para decidir a pauta de votações do Plenário. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que eles estavam discutindo como agir como bloco e que “Luiz Henrique se transformou num líder de um bloco desta Casa”.

Luiz Henrique estava afastado do Senado por licença médica. Ele fraturou osso do pé esquerdo em 24 de abril, durante visita que fez com o governador Raimundo Colombo às obras do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville (SC).

## Senador foi um dos fundadores do MDB

Filho do jornalista Moacir Iguatemy da Silveira e de Delcídes Clímaco da Silveira, Luiz Henrique nasceu em Blumenau, interior catarinense, em 25 de fevereiro de 1940. Criado na capital, Florianópolis, formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Um ano depois mudou-se para Joinville (SC). Teve dois filhos do casamento com Ivete da Silveira e carrega no sangue a descendência de dom Luiz Maurício da Silveira, que governou a então capitania de Santa Catarina de 1805 a 1817.

Iniciou a carreira política em 1973, aos 33 anos, como deputado estadual. Foi deputado federal (inclusive constituinte) por cinco mandatos, alternados com a Prefeitura de Joinville, que comandou por três vezes antes de ser governador por dois mandatos consecutivos. Em 1987, assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia no

governo Sarney. Considerado um dos fundadores do então MDB, partido de resistência à ditadura militar, foi grande amigo e discípulo de Ulysses Guimarães. Teve atuação destacada na Constituinte e costumava lembrar que contou com os conselhos de Ulysses até a morte dele, em 1992. No ano seguinte, assumiu a presidência nacional do PMDB, cargo que ocupou até 1996.

Entusiasta das artes, Luiz Henrique conseguiu trazer, quando prefeito de Joinville, a Escola do Teatro Bolshoi para o Brasil — a única, naquele momento, fora da Rússia.

Como governador, enfrentou processo de cassação no Tribunal Superior Eleitoral por suposto uso indevido dos meios de comunicação com propaganda institucional irregular durante a campanha de 2006. Foi absolvido.

No início de abril deste ano, ocupou a tribuna para

anunciar que iria requerer à Advocacia do Senado, à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal investigação sobre denúncia de que teria influenciado para internar funcionária de rádio catarinense em hospital público do estado, furando a fila de espera do SUS. Luiz Henrique lamentou o que chamou de “calúnia” e disse que fato como esse nunca ocorrera em 45 anos de vida pública.

O diretor da Rádio Araranguá, onde trabalha a paciente, encaminhou ao gabinete do senador carta em que nega qualquer interferência dele no caso. Explicou que, como o estado dela era grave, funcionários e amigos se cotizaram para o atendimento em hospital privado.



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



Luiz Fachin, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal: perguntas poderão ser enviadas pela internet

## Cidadão pode participar hoje da sabatina de Fachin

Pela primeira vez, a Comissão de Constituição e Justiça permitirá a participação de internautas em sessão de questionamentos a um indicado ao Supremo. Jurista será sabatinado hoje, a partir das 10h

PELA PRIMEIRA VEZ, hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fará uma sabatina com participação popular. Durante a audiência com o jurista Luiz Edson Fachin, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), os cidadãos poderão enviar informações sobre o indicado e perguntas a serem feitas a ele, por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

Entre as mensagens que já chegaram, um internauta pergunta a opinião do indicado em relação às investigações das irregularidades na Petrobras.

Todas as mensagens serão encaminhadas ao relator da indicação na CCJ, Alvaro Dias (PSDB-PR).

Na opinião do diretor da Secretaria de Comissões do Senado, Dirceu Machado, a participação popular aproxima a ati-

vidade legislativa do cidadão: — O objetivo do portal é estreitar a distância entre os cidadãos e os trabalhos dos parlamentares em geral.

Após a sabatina, a indicação será submetida a votação secreta na CCJ, seguindo então para o Plenário.

Hoje será inaugurado o painel eletrônico da comissão, que permite o registro da presença e votação. Foram instalados computadores com tela sensível ao toque na bancada dos senadores.

O atual sistema de escolha dos ministros do STF por indicação privativa do presidente é alvo de críticas, como aponta um estudo do consultor do Senado Roberto da Silva Ribeiro.

O principal argumento é que esse modelo eminentemente político, previsto em todas as Constituições, “pode acarretar

uma indesejável ligação entre o Supremo e o presidente da República, caso o Senado não exerça de forma efetiva a sabatina dos indicados”.

O estudo sugere a aprovação de duas Propostas de Emenda à Constituição: a 342/2009 e a 449/2014, que asseguram a participação dos três Poderes na escolha dos 11 ministros do STF, além de estipular um mandato fixo.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 10h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

#### ▶ Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

#### ▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoConstituicao>

## Texto prevê empréstimos a produtores de petróleo

Estados e municípios que tiveram perdas de arrecadação com exploração de petróleo e gás natural poderão tomar empréstimos como antecipação de receitas sem se sujeitar aos limites de endividamento previstos na Resolução 43/2011, do Senado. A excepcionalidade, válida para 2015 e 2016, consta de projeto de resolução de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Rose de Freitas (PMDB-ES), primeiro item da pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PRS 15/2015), que tem relatório favorável de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), obriga estados e municípios a aplicar 60% da antecipação de receitas em saúde e educação. Os demais 40% poderão ter uso discricionário em 2015 e 2016.

Estados e municípios produtores de petróleo tiveram drástica redução de receitas



Texto beneficia cidades como Macaé (RJ), que perdeu receita com queda do petróleo

após o barril do petróleo cair de US\$ 115, em agosto de 2014, para US\$ 45, em dezembro. Em janeiro de 2015, o barril continuou sendo comercializado por menos de US\$ 50 e prevê-se que neste ano o valor médio fique em US\$ 60.

Os autores do texto argumentam que, em fevereiro de 2015, a estimativa de perda média

dos recursos dos municípios do Rio de Janeiro era de 37,24% em relação ao mesmo mês de 2014.

No relatório, Valadares diz que o projeto não altera os mecanismos de controle do endividamento público previstos na Resolução 43, apenas dá tratamento excepcional e transitório à situação. Se passar na CAE, o projeto vai a Plenário.

## Comissão da MP do Futebol ouve dirigentes de clubes

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 671/2015, conhecida como MP do Futebol, vai fazer duas audiências públicas para debater o assunto.

A primeira será realizada hoje, às 14h, com representantes de clubes que participam do Campeonato Brasileiro das Séries A e D.

A segunda audiência será amanhã, também às 14h, com representantes dos clubes das Séries B e C e do futebol feminino.

A MP institui o programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro e trata da gestão temerária das entidades desportivas profissionais. Motivo de polêmica no meio esportivo, a medida tem recebido o apoio de atletas, mas

é vista com ressalvas pelos dirigentes.

A comissão que analisa a MP tem o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) como presidente e como relator o deputado Otavio Leite (PSDB-RJ). O deputado Andres Sanchez (PT-SP), ex-presidente do Corinthians, é o vice-presidente da comissão. O senador Zeze Perrella (PDT-MG), ex-presidente do Cruzeiro, é o relator-revisor.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

#### ▶ Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

#### ▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

## Senadores votarão projeto que incentiva turismo rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje o PLS 65/2012, que reduz de 5% para 3% a alíquota de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) incidente nos serviços do turismo rural. Do ex-senador Lauro Antonio, o projeto será votado em turno suplementar na CAE. O relator é Wilder Morais (DEM-GO), favorável à proposição.

O texto acrescenta à lista de serviços que pagam o ISS as

atividades de agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas relativos ao turismo rural, inclusive o fornecimento de alimentação, hospedagem, passeios e outros serviços. E determina que tais serviços respeitem a alíquota máxima de 3%.

O ISS é previsto na Constituição como imposto municipal, que não pode incidir nos serviços tributados pelo ICMS, da alçada estadual.

## Proposta estimula consumidor a denunciar infrações à lei

Está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) um projeto que fixa em um ano o prazo máximo para conclusão de procedimento administrativo aberto para apurar infrações às normas de defesa do consumidor. A comissão se reúne hoje, às 9h.

Para o autor do projeto (PLS 399/2013), ex-senador Vital do Rêgo, a lenta tramitação dos procedimentos faz com que os fornecedores continuem infringindo as normas e desestimula a população a reclamar nos órgãos de proteção do consumidor.

Para o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), a estipulação de um prazo obrigará a administração pública a atuar de forma mais célere.

Também está em exame um projeto que visa ajudar usuários de serviços de telecomunicações a escolher entre os diversos planos oferecidos pelas prestadoras. Apresentado por Ân-

gela Portela (PT-RR), o PLS 662/2011 obriga as empresas a divulgarem informações de forma a permitir a comparação entre as alternativas de mercado.

O relator do projeto, João Alberto Souza (PMDB-MA), apresentou voto favorável, mas rejeitou sugestão da autora para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a classificação e a organização da oferta dos planos e preços dos serviços.

Consta ainda da agenda da CMA o projeto que obriga a classificação indicativa nas novas mídias, ou seja, em todo conteúdo na forma de imagens, e não apenas em filmes e vídeos, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A norma está prevista em substitutivo de senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao PLS 493/2013, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), e ao PLS 360/2012, do ex-senador Vital do Rêgo, que tramitam em conjunto.

# Aposentadoria aos 75 anos pode ser estendida a todo o serviço público

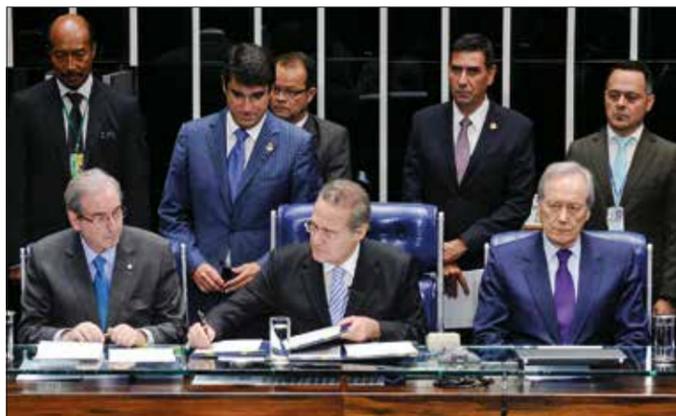
Aprovação da PEC que alterou a saída compulsória de membros de tribunais superiores, antes limitada a 70 anos, abre caminho a novas mudanças

Guilherme Oliveira e Isabela Vilar

O CONGRESSO PROMULGOU na semana passada a Emenda Constitucional (EC) 88, que adia de 70 para 75 anos de idade a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos demais tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A apreciação favorável da chamada PEC da Bengala (PEC 42/2003), que deu origem à EC 88, pode reverberar por todo o funcionalismo. José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto (PLS 274/2015) que estende a compulsória aos 75 para todos os servidores. A possibilidade é prevista na nova emenda, mas depende de regulamentação.

O senador calcula que 2,6 mil servidores, só no Executivo federal, tenham sido aposentados compulsoriamente nos últimos cinco anos, exigindo



Renan (C) preside sessão em que o Congresso Nacional promulgou a Emenda 88

Edilson Rodrigues/Agência Senado

concursos e treinamento de novos profissionais. Caso esse processo seja retardado, ele estima uma economia de R\$ 800 milhões a R\$ 1,4 bilhão nos próximos 50 anos.

“Para a administração, adia-se a contratação de um novo ocupante para a vaga. Para o agente público, é benéfico porque se concede mais tempo para obter melhores proventos durante sua inativi-

dade”, justifica o parlamentar.

A avaliação é corroborada por Gilberto Guerzoni, consultor legislativo do Senado. Ele explica que as regras para servidores implementadas nos últimos anos devem provocar aposentadorias mais tardias.

— Quem ingressou no serviço público até 2003 tem integralidade, paridade e praticamente não tem perdas

quando se aposenta. A partir daí começou-se a perder algumas vantagens, então as pessoas já ficam um pouco mais de tempo. O pessoal que ingressou agora provavelmente terá uma perda muito grande quando se aposentar, então essas pessoas tendem a adiar a aposentadoria.

No entanto, segundo Guerzoni, a compulsória para todo o funcionalismo pode desvirtuar a regra, uma vez que a aposentadoria por limite de idade visa renovar o quadro.

— O risco que se tem [em adiar a compulsória] é o envelhecimento do serviço público — ponderou.

A mudança para os tribunais superiores foi saudada como benéfica pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Para o senador, além de não desperdiçar cérebros, a proposta implica uma grande economia aos cofres públicos.

## Reformas diminuíram distância entre servidores e trabalhadores em geral

Os critérios para aposentadoria são diferentes para os trabalhadores em geral, que contribuem com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), e para os servidores públicos incluídos no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A maior parte das mudanças feitas desde 1988 atingiu a aposentadoria do funcionalismo.

Antes de 1993, os servidores públicos federais não contribuíam para ter o direito, o que mudou com a Emenda Constitucional 3. Os militares ainda não contribuem, a não ser para as pensões.

Já a Emenda Constitucional 20/1998 estabeleceu idade mínima para que servidores se aposentem por tempo de contribuição. Outra mudança trazida pela emenda foi a possibilidade de que o funcionalismo passasse a ter o mesmo teto de benefícios do regime geral — o que aconteceu em 2013 para servidores federais.

Em 2003 veio a Emenda Constitucional 41, que endureceu regras de transição e acabou com os benefícios integrais para os servidores.

A PEC 47/2005 é considerada pelo consultor Gilberto Guerzoni o único “pacote de bondades” com relação às mudanças na Previdência. O texto, conhecido como PEC

Paralela, buscou compensar e dar menos rigidez às regras da Emenda 41.

Uma das principais diferenças na aposentadoria de servidores públicos e cidadãos em geral era o valor dos benefícios, que, no Regime Geral, já obedecia a um teto menor.

A situação mudou com a Lei 12.618/2012, que regulamentou o regime de previdência complementar previsto na Constituição. Os benefícios dos servidores passaram a obedecer ao mesmo teto previsto no regime geral para



Maioria das mudanças na Previdência, desde 1988, atingiu o funcionalismo

Monairo Muniz/Agência Senado

os benefícios do INSS, que é de R\$ 4.663,75. A regra vale para quem entrou no serviço público após maio de 2013.

Para ganhar acima desse valor, o servidor tem a opção

de contribuir para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, nos percentuais de 7,5%, 8% ou 8,5%, com contrapartida do patrocinador no mesmo valor.

### A hora de parar pela regra atual

INSS		
	HOMEM	MULHER
Por tempo de contribuição	35 anos	30 anos
Por idade	65 anos, carência de 180 contribuições (15 anos)	60 anos, carência de 180 contribuições (15 anos)
Proporcional	53 anos de idade e 30 de contribuição	48 anos de idade e 25 de contribuição

SERVIÇO PÚBLICO		
	HOMEM	MULHER
Compulsória	70 anos	70 anos
Voluntária	60 anos de idade, 35 de contribuição, carência de 10 anos no serviço público e 5 no cargo	55 anos de idade, 30 de contribuição, carência de 10 anos no serviço público e 5 no cargo
Voluntária proporcional	65 anos, carência de 10 anos no serviço público e 5 no cargo	60 anos, carência de 10 anos no serviço público e 5 no cargo

### Compulsória não existe na iniciativa privada

A aposentadoria compulsória não existe para trabalhador do setor privado.

— Na iniciativa privada não tem sentido ter isso. Você não tem nem a estabilidade, que é o caso do servidor, nem a vitaliciedade, que é o caso na magistratura — diz o consultor Gilberto Guerzoni.

— O servidor precisa de um limite de idade, a fim de que os quadros se renovem. Na iniciativa privada, a pessoa pode simplesmente ser demitida — explica.

## Senadores tentam acabar com fator previdenciário

O Regime Geral da Previdência Social tem como peça crucial no cálculo da aposentadoria um instrumento cujo principal objetivo é fazer com que os trabalhadores da iniciativa privada permaneçam mais tempo na ativa: o fator previdenciário, criado em 1999.

As variáveis para determinar o fator são a idade do contribuinte no momento da aposentadoria, o tempo de contribuição e a expectativa de sobrevida além da aposentadoria.

Trabalhadores que se aposentam mais novos e, portanto, têm maior expectativa de sobrevida, terão um fator previdenciário reduzido, afetando negativamente o valor da aposentadoria.

O fator é combatido pelas centrais sindicais desde a criação. Os argumentos contrários são a fórmula complicada, o prejuízo a trabalhadores que começam a carreira mais cedo e a dificuldade de se obter a aposentadoria integral do Regime Geral: R\$ 4.663,75 atualmente.

Paulo Paim (PT-RS) entende que, uma vez que o governo federal e o Congresso têm promovido mudanças nos direitos trabalhistas, o debate da erradicação do fator poderia entrar na pauta.

— É o momento de aproveitarmos o debate dessas duas medidas provisórias [664/2014 e 665/2014, que alteram as regras da pensão por morte e do seguro-desemprego] para também enterrar definitivamente esse maldito fator previdenciário — acredita o senador.

Emendas à MP 664 apresentadas por Paim, em parceria com Walter Pinheiro (PT-BA), e por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), visando à extinção do mecanismo, foram rejeitadas pelo relator da medida provisória, deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

No entanto, ainda aguarda a chance de ser avaliado no Plenário da Câmara dos Deputados projeto de Paim (PL 3.299/2008), já aprovado no Senado, que propõe o fim do fator.

### Saiba mais

**Emenda Constitucional 88**  
<http://bit.ly/Emenda88>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)